



Relatório e Contas

2016

Allianz

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Seguros de A a Z.

Allianz 

Índice

Órgãos Sociais	1
Assembleia Geral Anual	
Convocatória	2
Relatório de Gestão	
Relatório do Conselho de Administração	4
Demonstrações Financeiras	
Balanço	9
Demonstração dos Resultados por Naturezas	10
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Anexo às Demonstrações Financeiras	16
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	28
Certificação Legal das Contas Consolidadas	30

Órgãos Sociais

Corpos Sociais da Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, durante o exercício de 2016.

Conselho de Administração

Teresa Margarida Tudela Mira Godinho
Presidente

Maria Ana Fraga Oliveira Martins Bastos Almeida
Vogal
Carlos Daniel Fernandes Catela Teixeira
Vogal

Conselho Fiscal

Alexandre Manuel Fernandes Serra Brandão
Presidente
Miguel João de Moura Trindade Elias
Vogal
Maria Fernanda Rodrigues Fernandes
Vogal
Bruno Miguel de Lima Antunes
Vogal Suplente

Revisor Oficial de Contas

Kpmg & Associados - Sociedade De Revisores Oficiais de Contas S.A.,
representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes

Mesa da Assembleia Geral

Companhia de Seguros Allianz Portugal
Presidente

Luís Carlos Melo Antunes Ferreira
Secretário

Assembleia Geral Anual

Convocatória

Nos termos legais, convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral anual, no dia 17 de Março de 2017, pelas 12 horas, na Rua Andrade Corvo, nº 32 – 3º, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º Deliberar sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, assim como sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- 2º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4º Proceder à eleição dos membros de todos os Órgãos Sociais, para o triénio 2017/2019.

Nos termos da lei e dos estatutos, e sem prejuízo do direito de agrupamento, podem participar na Assembleia Geral os acionistas que, até aos 15 dias anteriores à data de realização da reunião, tenham depositadas na sede da sociedade as ações de que sejam titulares ou apresentado documento comprovativo do respetivo depósito em instituição de crédito ou outra legalmente equiparada para o efeito.

A cada grupo mínimo de seis ações corresponde um voto.

Nos termos do art. 289º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, as propostas a submeter à Assembleia Geral, assim como os demais instrumentos de informação preparatória, estarão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Vaz Serra de Moura
(em representação da Companhia de Seguros Allianz Portugal)



Relatório de Gestão
Allianz - SGFP, S.A.

Relatório do Conselho de Administração

Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., submete à vossa apreciação o presente relatório de gestão, bem como o balanço da Sociedade a 31 de Dezembro, a demonstração dos resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016.

Enquadramento Económico e Institucional

No primeiro semestre do ano a economia global apresentava uma débil recuperação. Durante a segunda metade observou-se uma melhoria no ciclo económico global, impulsionada pelo apoio dos Bancos Centrais, tendo o ano terminado melhor do que o previsto. Os dados positivos verificados tanto nos Estados Unidos como na Europa assinalam um melhor comportamento dos países desenvolvidos em relação aos emergentes. O FMI manteve a estimativa de crescimento generalizado para 2017, mas com uma posição mais prudente acerca do comércio global. Faz uma previsão em alta para os Estados Unidos devido ao impulso fiscal esperado pela nova administração Trump, mas sem um contágio significativo à Europa ou Emergentes.

Em Junho, o Reino Unido votou inesperadamente a favor da saída da União Europeia num processo conhecido como o Brexit. Apesar deste resultado, a Zona Euro avançou a um ritmo mais forte do que o estimado. Para além do Brexit, a Europa enfrentou outros desafios ao longo do ano: ataques terroristas, fluxo de refugiados, o Referendo em Itália e por último as eleições na Áustria. Tudo isto veio avivar os sentimentos nacionalistas em países como França, Holanda e Áustria, intensificando o risco político para a União Europeia. Em 2017 é expectável que a incerteza política e económica se mantenha, sendo de salientar as eleições na Holanda, França e Alemanha.

Nos Estados Unidos, os dados macroeconómicos são saudáveis, apesar da vitória de Trump constituir uma mudança global. Trata-se de um auge do populismo e de um sentimento contra a austeridade. Os benefícios da globalização começam a ser questionados, e mais nações poderão seguir o exemplo americano e optar por uma postura mais protecionista.

Os emergentes, depois das eleições americanas, apresentaram reduzida visibilidade e o seu panorama é complicado. As suas divisas depreciaram-se significativamente e alguns bancos centrais como o do México e Turquia, subiram as taxas para compensar a desvalorização.

O acordo entre os países membros da OPEP (e outros como a Rússia) para a redução da produção de petróleo irá avançar no início de 2017, com uma duração de 6 meses, prorrogáveis a outros 6. À subida do petróleo estará associada um aumento de inflação, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

No que diz respeito aos Bancos Centrais, o seu papel tem sido determinante para apoiar a economia e os mercados, com efeito notório nas obrigações, estendendo-se também aos mercados bolsistas. Em Março, o Banco Central Europeu lançou uma gama inesperada de amplas medidas de estímulo, envolvendo cortes de taxa de juro e créditos baratos para os Bancos, com o objetivo de estimular a modesta recuperação económica nos países europeus. No final do ano, o Banco anunciou que irá prolongar o seu programa de compras até Dezembro de 2017, mas a partir de Abril baixará o ritmo de aquisições de 80 para 60 mil milhões €/mês. Ao longo do ano, o Banco Central Europeu não realizou nenhuma alteração, mantendo a principal taxa de referência nos 0% e a taxa dos depósitos interbancários a -0,4%.

A rentabilidade da obrigação da Alemanha a 10 anos passou de 0,63% no fim de Dezembro 2015 para 0,21% no final de Dezembro 2016. A rentabilidade da obrigação do Governo Português para o mesmo período aumentou de 2,52% para 3,76%.

A Euribor anual teve flutuações ao longo do ano passando de 0,06% para -0,082%, mostrando registando valores negativos desde o princípio do mês de Fevereiro.

Durante o primeiro semestre do ano, os ativos de rendimento variável europeus foram afetados pela crise migratória, pelos diversos atentados terroristas sofridos e pela já referida saída do Reino Unido da União Europeia. O resultado eleitoral deste referendo reativou os temores económicos, e a aposta dos investidores voltou a centrar-se na economia dos Estados Unidos junto com alguns países emergentes. Na segunda metade do ano, perante a falta de alternativas de investimento rentáveis, o fluxo de fundos direcionou-se gradualmente para os ativos de rendimento variável. O ciclo económico nos Estados Unidos encontra-se mais maduro do que na Europa, no entanto, em ambos os casos as ações estão sujeitas a uma volatilidade, fruto essencialmente destes eventos políticos.

No período compreendido entre Dezembro de 2015 e 2016, o DJ Eurostoxx aumentou 0,7% e o S&P recuperou 9,5%. Por sua vez, o PSI20 perdeu 11,93% ao longo do ano.

Quanto ao mercado dos Fundos de Pensões, em 31 de Dezembro de 2016 o valor sob gestão ascendia a 18 389 milhões de euros, segundo dados provisórios da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, representando um acréscimo de 1,2% em relação ao final de 2015.

Durante o ano de 2016 foi publicada a seguinte legislação com impacto nos Fundos de Pensões:

- O Orçamento de Estado para 2016, publicado no Diário da República, 1ª série, nº 62, de 30 de Março, veio introduzir algumas alterações aos impostos aplicados aos Fundos de Pensões, nomeadamente:

- a) Alteração ao código do imposto de selo: as comissões cobradas no âmbito da gestão de Fundos de Pensões passam a ter incidência de imposto de selo a uma taxa de 4%;

- b) Revogação da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo que os imóveis detidos por Fundos de Pensões passam a estar sujeitos a este imposto.

- Publicação pela ASF das Normas:

- a) 3/2016, de 12 de Maio, “Elementos e informações que devem acompanhar a comunicação prévia dos projetos de aquisição, de aumento e diminuição de participação qualificada em empresas de seguros ou de resseguros e em sociedades gestoras de fundos de pensões e a comunicação da constituição de ónus ou encargos sobre participação qualificada em empresas de seguros ou de resseguros e em sociedades gestoras de fundos de pensões”.

- b) 4/2016, de 12 de Maio, “Taxas e contribuições incidentes sobre a atividade seguradora, dos Fundos de Pensões, de mediação de seguros ou de resseguros e das entidades promotoras de cursos de formação sobre seguros.”

Atividade

Quanto à atividade da Allianz, SGFP, S.A. em 2016 no valor dos fundos geridos verificou-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, passando de 26.172.305 euros para 23.705.427 euros, o número de fundos sob gestão mantêm-se igual, 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 2,64%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

Resultados

Apurou-se neste exercício um resultado líquido positivo de 25.496 euros contra 49.917 euros negativo no ano anterior, o que representa um acréscimo face ao ano homólogo de 75.413 euros.

A evolução favorável do resultado obtido, face a 2015, é reflexo do aumento das comissões de gestão cobradas e da redução da provisão para outros riscos e encargos constituída em 2015.

Relativamente à prestação de serviços, registou-se um acréscimo de 13,07%, resultante das comissões cobradas aos Fundos de Pensões, passando de 162.325 euros para 183.539 euros.

O Resultado Operacional passou de 68.324 euros negativo para 14.584 euros positivo, o que traduz um acréscimo de 82.908 euros.

O Capital Próprio ascende a 1.029.475 euros, respeitando as disposições legais e normas regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro 2016, a Margem de Solvência da Sociedade Gestora apresenta um nível de cobertura de 128,68%.

Os Resultados da Sociedade resumem-se como se segue:

Síntese dos Resultados	2016	2015
Rendimentos e Ganhos antes de depreciações	197.054,64	162.324,60
Gastos e Perdas antes de depreciações	(182.249,75)	(230.427,82)
Resultados Antes de Depreciações	14.804,89	(68.103,22)
Gastos de depreciações e amortizações	(220,97)	(220,97)
Resultado Operacional	14.583,92	(68.324,19)
Juros e Rendimentos	12.318,47	19.491,62
Resultados Antes de Impostos	26.902,39	(48.832,57)
Imposto S/Rendimento do Período	(1.406,32)	(1.084,03)
Resultado Líquido do Exercício	25.496,07	(49.916,60)

valor em €

Perspetivas para 2017

Mercado de Fundos de Pensões

Para 2017 não se prevê alteração no mercado interno dos fundos de pensões.

Para dar resposta à procura de complementos de reforma privados continuamos a apostar na comercialização do fundo de pensões aberto.

Aplicação dos Resultados

Em cumprimento do disposto na alínea f) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que ao resultado deste exercício no valor de € 25.496,07, seja dada a seguinte aplicação:

Para reserva legal: € 1.989,00
Para resultados transitados: € 23.507,07

Considerações Finais

O Conselho de Administração quer agradecer a confiança que mereceu das empresas clientes e dos acionistas e prestar homenagem à atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal. Quer também agradecer a todos os colaboradores da Sociedade, designadamente à Diretora Geral, Dra. Ana O'Neill e ao Contabilista Certificado, Dra. Joana Pedro, pela sua dedicação e competência.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2017

O Conselho de Administração

Maria Ana Martins
Carlos Teixeira

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Titulares de Participações Qualificadas
(Artigo 448º, n.º4 do Código das Sociedades Comerciais)

Companhia de Seguros Allianz Portugal: 17.719 ações



Demonstrações Financeiras
Allianz - SGFP, S.A.

Balanço

em 31 de dezembro de 2016

valor em €

Ativo	Notas	2016	2015
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	220,94	441,91
Ativos intangíveis	7	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	8	896.391,89	961.372,56
		896.612,83	961.814,47
Ativo corrente			
Clientes	9	138.051,31	113.881,46
Estado e outros entes públicos	9	2.383,89	1.581,52
Outras Contas a receber	9	9.614,42	15.491,72
Diferimentos	9	585,85	357,72
Caixa e depósitos bancários	4-9	106.732,64	45.903,22
		257.368,11	177.215,64
Total do Ativo		1.153.980,94	1.139.030,11
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	10	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas			
Reservas legais		38.011,00	38.011,00
Outras reservas		29.424,78	29.424,78
		67.435,78	67.435,78
Resultados transitados		(63.456,56)	(13.539,96)
Resultado líquido do período		25.496,07	(49.916,60)
Total do Capital Próprio		1.029.475,29	1.003.979,22
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	21.110,00	34.625,55
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	7.345,89	1.886,86
Acionistas	12	0,00	809,81
Outras contas a pagar	12	96.049,76	97.728,67
		103.395,65	100.425,34
Total do Passivo		124.505,65	135.050,89
Total Capital Próprio e do Passivo		1.153.980,94	1.139.030,11
Fundos de Pensões sob gestão	20	23.705.426,81	26.172.304,53

O Contabilista Certificado

Joana Pedro



O Conselho de Administração

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira

Demonstração dos Resultados por Naturezas

em 31 de dezembro de 2016

valor em €

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Prestação de serviços	13	183.539,08	162.324,60
Fornecimentos e serviços externos	14	(78.510,81)	(80.408,79)
Gastos com o pessoal	15	(87.472,01)	(98.620,99)
Provisões (aumentos/reduções)	11	13.515,55	(34.625,55)
Outros rendimentos		0,01	0,00
Outros gastos e perdas	17	(16.266,93)	(16.772,49)
Resultado antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		14.804,89	(68.103,22)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(220,97)	(220,97)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.583,92	(68.324,19)
Juros e rendimentos similares obtidos	16	12.318,47	19.491,62
Resultado antes de impostos		26.902,39	(48.832,57)
Imposto sobre o rendimento do período	18	(1.406,32)	(1.084,03)
Resultado líquido do período		25.496,07	(49.916,60)
Resumo:			
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14.804,89	(68.103,22)
Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos		14.583,92	(68.324,19)
Resultado antes de impostos		26.902,39	(48.832,57)
Resultado líquido do período		25.496,07	(49.916,60)


O Contabilista Certificado

Joana Pedro

O Conselho de Administração

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira




Demonstrações das Alterações no
Capital Próprio
Allianz - SGFP, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

nos períodos de 2015 e 2016

valor em €

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de Janeiro de 2015 (1)	1.000.000,00	38.011,00	29.424,78	(13.539,96)		1.053.895,82
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Sub-Total (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período (3)					(49.916,60)	(49.916,60)
Resultado integral (4 = 3 + 2)	0,00	0,00	0,00		(49.916,60)	(49.916,60)
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital						
Distribuição						
						0,00
Outras Operações						
						0,00
Sub-Total (5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição a 31 de dezembro de 2015 (6 = 1 + 4 + 5)	1.000.000,00	38.011,00	29.424,78	(13.539,96)	(49.916,60)	1.003.979,22
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Sub-Total (7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período (8)					25.496,07	25.496,07
Resultado integral (9 = 7 + 8)	0,00	0,00	0,00	0,00	25.496,07	25.496,07
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital						
Distribuição						
						0,00
Outras Operações						
		0,00		(49.916,60)	49.916,60	0,00
Sub-Total (10)	0,00	0,00	0,00	(49.916,60)	49.916,60	0,00
Posição a 31 de dezembro de 2016 (11 = 6 + 9 + 10)	1.000.000,00	38.011,00	29.424,78	(63.456,56)	25.496,07	1.029.475,29



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Allianz - SGFP, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2016

valor em €

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	166.710,79	202.516,83
Pagamentos a Fornecedores	(91.102,93)	(92.026,37)
Pagamentos ao Pessoal	(94.122,15)	(92.157,17)
Caixa gerada pelas operações	(18.514,29)	18.333,29
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.208,69)	(1.595,32)
Outros recebimentos/pagamentos	(814,23)	(702,49)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(21.537,21)	16.035,48
Fluxos de Caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros	(384.281,00)	(111.720,00)
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	437.000,00	50.000,00
Outros ativos		
Juros e rendimentos similares	30.457,44	26.983,00
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	83.176,44	(34.737,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos	(809,81)	(1.619,60)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(809,81)	(1.619,60)
Variação de Caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	60.829,42	(20.321,12)
Caixa e seus equivalentes no início do período	45.903,22	66.224,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	106.732,64	45.903,22

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

valor em €

Descrição	2016	2015
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	106.358,54	45.529,12
Total	106.732,64	45.903,22



Anexo às Demonstrações Financeiras
Allianz - SGFP, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais

A ALLIANZ - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., tem por objeto social o exercício da atividade de gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A empresa é uma sociedade anónima, com sede em Portugal, na Rua Andrade Corvo nº 19 – Lisboa.

ALLIANZ – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., pertence ao grupo da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo, 32, Lisboa.

De acordo com o regime jurídico aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, a Allianz, SGFP encontra-se sujeita à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Sociedade é responsável pela gestão de quatro Fundos fechados e um Fundo aberto.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no exercício no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de Junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A moeda de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras é o Euro.

As políticas contabilísticas encontram-se consistentes com as utilizadas em exercícios anteriores, pelo que, os valores do exercício de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 2015.

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

a) Base de apresentação e principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de Fevereiro de 2017. O Conselho de Administração entende que estas virão a ser aprovadas sem alterações significativas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nesta nota nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

b) Especialização de exercícios

A Sociedade reconhece os rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas "Outras contas a receber" "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue:

Equipamento administrativo:	
Móveis e Utensílios	8 anos
Máquinas de Escritório	5 anos
Computadores	3 anos
Equipamento básico:	10 anos

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

e) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão registados ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade, visto tratarem-se de ativos a deter até à maturidade. O ajustamento é calculado através do método da taxa efetiva.

Imparidade dos ativos

À data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade, e efetuada até à sua quantia recuperável.

Critério de imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorrem após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- 1) Para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação;
- 2) Para os títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

f) Fundos de Pensões sob gestão

Esta rubrica reflete os ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade. Os ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na Norma regulamentar nº 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar nº 9/2007-R de 28 de Junho.

g) Imposto sobre lucros

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, sendo reconhecidas contabilisticamente as situações de diferimento de imposto, de acordo com a Norma contabilística de relato financeiro nº 25. O imposto diferido apurado é apurado e reconhecido por contrapartida da rubrica Imposto sobre o rendimento, em Resultados, a crédito sendo um Ativo e a débito, no caso de um Passivo.

h) Rédito

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de Serviços da demonstração de resultados.

i) Contas a receber

As rubricas de Outras contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor e subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

j) Contas a pagar

Os valores de outras contas a pagar são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor e, subsequentemente, pelo custo ou custo amortizado usando o método do juro efetivo.

k) Caixa e Depósitos bancários

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data

de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidação da obrigação à data de balanço.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuada pela Sociedade, durante um período de cinco a doze anos (cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013 e doze anos para prejuízos apurados entre 2014 e 2016), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Sociedade situações que coloquem em causa a sua continuidade.

4. Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2016 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 2016 e 2015 é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	valor em €	
	2016	2015
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	106.358,54	45.529,12
Total	106.732,64	45.903,22

5. Partes Relacionadas

A companhia de Seguros Allianz Portugal detém 88,60% das ações da sociedade. Os restantes 11,40% encontram-se dispersos por diversos acionistas.

A Sociedade é consolidada nas contas da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo, 32, Lisboa.

Transações entre partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	2016				valor em €
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		
			Obtidos	Prestados	
Companhia de Seguros Allianz, SA	58.808,50	0,00	47.811,79	0,00	
Total	58.808,50	0,00	47.811,79	0,00	

Descrição	2015				valor em €
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		
			Obtidos	Prestados	
Companhia de Seguros Allianz, SA	61.146,78	0,00	49.712,83	0,00	
Total	61.146,78	0,00	49.712,83	0,00	

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido no valor dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2015				2016			valor em €
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Abates	Alienações	Amortizações do exercício	Valor Líquido	
Equipamento básico	1.597,93	(1.597,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	29.515,08	(29.073,17)	0,00	0,00	0,00	(220,97)	220,94	
Total	31.113,01	(30.671,10)	0,00	0,00	0,00	(220,97)	220,94	

7. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2015				2016			valor em €
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Abates	Alienações	Amortizações do exercício	Valor Líquido	
Programas de computador	50.903,50	(50.903,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade industrial	156,15	(156,15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	51.059,65	(51.059,65)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nesta rubrica, encontram-se registados os custos incorridos com a aquisição de software, os quais estão registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas.

8. Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de outros ativos financeiros apresentava a seguinte composição:

Descrição	2016	2015	valor em €
Obrigações de dívida pública	657.330,61	852.243,09	
Obrigações de outros emissores públicos e equiparados	239.061,28	109.129,47	
Total	896.391,89	961.372,56	

Detalhe dos Ativos detidos a 31-12-2016

Descrição	2015	Aquisições	Alienações / Amortizações	Ajustamento Custo amortizado	Imparidades	valor em € 2016
Obrigações de dívida pública	852.243,09	250.052,00	(437.000,00)	(7.964,48)	0,00	657.330,61
Obrigações de outros emissores públicos e equiparados	109.129,47	134.229,00		(4.297,19)	0,00	239.061,28
Total	961.372,56	384.281,00	(437.000,00)	(12.261,67)	0,00	896.391,89

9. Ativo Corrente

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas do ativo corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015	valor em €
Clientes			
Comissões de gestão a receber dos Fundos de Pensões	138.051,31	113.881,46	
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre rendimento	2.383,89	1.581,52	
Outras contas a receber			
Especialização de juros a receber de obrigações detidas	9.614,42	15.491,72	
Diferimentos			
Outros	585,85	357,72	
Caixa e depósitos bancários			
Caixa	374,10	374,10	
Depósitos bancários	106.358,54	45.529,12	
Total	257.368,11	177.215,64	

10. Capital Próprio

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2016, o Capital Social da ALLIANZ, SGFP, S.A., é de um milhão de euros, representado por 20.000 ações, no valor nominal unitário de cinquenta euros, integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da legislação portuguesa a Sociedade deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 5% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até que aquela represente a quinta parte do capital social.

11. Passivo Não Corrente

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas do passivo não corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015	valor em €
Provisões			
Riscos e Encargos	21.110,00	34.625,55	
Total	21.110,00	34.625,55	

12. Passivo Corrente

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas do passivo não corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015	valor em €
Estado e outros entes públicos			
IRS-Retenção na Fonte	762,00	626,00	
Imposto de Selo	5.311,49	1,63	
Contribuição para a Segurança Social	1.272,40	1.259,23	
Acionistas			
Dividendos por levantar	0,00	809,81	
Outras contas a pagar			
Férias e Subsidio de Férias	8.787,43	8.678,91	
Bónus excepcionais a colaboradores	13.246,25	12.896,25	
Trabalhos Especializados	72.830,50	75.168,78	
Outros	1.185,58	984,73	
Total	103.395,65	100.425,34	

A rubrica "outros" em 2016 refere-se na sua maioria a deslocações e estadas.

13. Rédito

a) Prestação de Serviços

Esta rubrica traduz as comissões cobradas pela Sociedade aos fundos de pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão:

Descrição	2016	2015	valor em €
Gestão de Fundos Pensões	183.539,08	162.324,60	

b) Rendimentos

Esta rubrica apresenta os juros de obrigações em carteira.

valor em €

Descrição	2016	2015
Juros e Rendimentos Similares	24.580,14	30.754,70

14. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Trabalhos especializados	68.891,35	71.183,32
Comissões	103,41	99,93
Material de escritório	54,58	142,25
Deslocações e estadas	7.243,00	7.226,86
Transporte de pessoal	403,56	369,93
Comunicação	384,46	286,31
Seguros	25,71	77,15
Contencioso e Notariado	5,00	0,00
Publicações obrigatórias	1.399,74	1.023,04
Total	78.510,81	80.408,79

Os gastos com trabalhos especializados traduzem essencialmente o encargo com a gestão das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensões.

15. Gastos com o Pessoal

Durante o exercício a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 2 colaboradores.

Os custos com pessoal referente aos exercícios de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

Descrição	2016	2015
Remunerações		
Órgãos Sociais	1.895,32	1.596,04
Pessoal	68.700,14	79.848,94
Encargos sobre remunerações	12.685,85	13.101,09
Benefícios pós-emprego		
Plano de contribuição definida	511,56	505,24
Seguros Obrigatórios	1.305,72	1.245,81
Gastos de ação social	2.210,42	2.259,87
Formação	163,00	64,00
Total	87.472,01	98.620,99

16. Rendimentos em Investimentos

Os rendimentos em investimentos referentes aos exercícios de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

Descrição	2016	2015	valor em €
Depósitos Bancários	0,00	48,89	
Obrigações de dívida pública	19.368,18	27.262,66	
Obrigações de outros emissores públicos e equiparados	5.211,96	3.443,15	
Reajustamento custo amortizado	(12.261,67)	(11.263,08)	
Total	12.318,47	19.491,62	

17. Outros gastos e perdas

Os gastos referentes aos exercícios de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

Descrição	2016	2015	valor em €
Impostos	16.266,93	16.722,49	

18. Imposto sobre o Rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Não foram contabilizados ativos nem passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento, no período findo em 31 de Dezembro de 2016, apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	valor em €
Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	26.902,39	
Diferenças permanentes a deduzir	(13.515,55)	
Lucro Tributável	13.386,84	
Taxa nominal de imposto	21,00%	
Dedução de prejuízos fiscais	9.370,79	
Matéria coletável	4.016,05	
Imposto sobre o Rendimento	843,37	
Derrama	200,80	
Imposto corrente	1.044,17	
Tributações autónomas	362,15	
Imposto do período	1.406,32	
Taxa efetiva de imposto	5,23%	

Os prejuízos e créditos fiscais reportáveis no período findo em 31 de Dezembro de 2016, são analisados como se segue:

Exercício de Geração	Exercício Limite Utilização	Prejuízos Fiscais Disponíveis	Prejuízos Fiscais Utilizados		Prejuízos Reportáveis
			2013	2016	
2012	2017	30.515,05	(7.276,93)	(9.370,79)	13.867,33
2014	2026	16.232,57	0,00	0,00	16.232,57
2015	2027	14.207,02	0,00	0,00	14.207,02
Total		60.954,64	(7.276,93)	(9.370,79)	44.306,92

valor em €

19. Dividendos

A Sociedade apresenta resultados transitados negativos, pelo que no exercício de 2016 não haverá lugar a distribuição de dividendos.

20. Fundos de Pensões sob Gestão

Em 31 de Dezembro de 2016 os Fundos de pensões sob gestão da Sociedade são analisados como se segue:

Fundos	Valor	%
Fundo Allianz Portugal	13.910.157,08	58,68%
Fundo AZP II	2.630.863,41	11,10%
Fundo AZP III	4.584.010,87	19,34%
Fundo Sun Chemical Portugal	458.533,68	1,93%
Fundo Aberto Reforma Mais	2.121.861,77	8,95%
Total	23.705.426,81	100,00%

valor em €

21. Outras Informações Exigidas por Diplomas Legais

O total de honorários faturados durante o exercício de 2016 pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, foi 11.400,00 euros.

22. Remunerações dos Órgãos Sociais

Durante o exercício de 2016 o Conselho de administração não auferiu qualquer montante.

O Conselho Fiscal auferiu o montante de 1.895,32 euros.

Não existe qualquer responsabilidade com benefícios pós-emprego.

23. Acontecimentos após a data do balanço

Não se conhecem à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016.


Lisboa, 8 de Fevereiro de 2017.

O Contabilísta Certificado

Joana Pedro

O Conselho de Administração

Maria Ana Martins
Carlos Teixeira



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Allianz - SGFP, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas da
Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com o disposto nos estatutos da **Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Sociedade")**, vem o Conselho Fiscal da Sociedade apresentar o Relatório sobre a sua ação fiscalizadora e Parecer sobre os documentos de prestação de contas que lhe foram submetidos pelo Conselho de Administração da Sociedade relativos ao ano de 2016.

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade da Sociedade através de contactos com o Conselho de Administração ou seus representantes, tendo obtido sempre os esclarecimentos necessários acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio.

No cumprimento da sua ação fiscalizadora, o Conselho Fiscal verificou e analisou os documentos económico-financeiros na extensão considerada conveniente, tendo comprovado a adequação das políticas contabilísticas, os critérios valorimétricos assim como a observância da lei e dos estatutos da Sociedade.

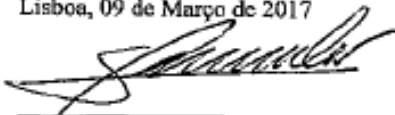
Relativamente aos documentos de prestação de contas - Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração dos Resultados, alterações no Capital Próprio, Fluxos de Caixa e Anexo, verificou-se que satisfaziam os preceitos legais aplicáveis e que esclareciam razoavelmente a atividade desenvolvida e os resultados alcançados.

Apreçiamos a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas cujo conteúdo mereceu a aprovação deste Conselho.


Em resultado do trabalho desenvolvido, é nosso parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas referentes a 2016.

Finalmente, desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 09 de Março de 2017



Alexandre Serra Brandão
Presidente



Maria Fernanda Fernandes
Vogal



Miguel de Moura Elias
Vogal

The background of the page is a light blue gradient. It is decorated with a pattern of overlapping squares in various shades of blue, ranging from dark navy to light cyan. The squares are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, particularly in the corners.

Certificação Legal das Contas

Allianz - SGFP, S.A.

Certificação Legal das Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa – Portugal
Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 1.153.981 euros e um total de capital próprio de 1.029.475 euros, incluindo um resultado líquido de 25.496 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 5.616.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 184
079 - Inscrição na C.R.O.C. N.º 189 - Inscrição na C.M.V.M. N.º 20161469
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 151 078



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

2



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 8 de Março de 2017



KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

www.allianz.pt

Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
R. Andrade Corvo, 19
1069-014 Lisboa
Telefone: +351 213 165 533
Telefax: +351 213 165 546
Capital Social €1.000.000,00
Pessoa Coletiva 501 914 080

